

**PROJETO DE LEI Nº                   , DE 2012**  
(Do Sr. Laércio Oliveira)

*Altera a Lei nº 9.503, de  
23 de setembro de 1997.*

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Com a edição da presente norma além de aumentarmos o valor da multa acrescentamos disposição legal no sentido que o indivíduo que dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência terá como penalidade a apreensão do veículo e remoção ao depósito.

**Art. 2º** O art. 165, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 165 .....*

*Penalidade - multa (dez vezes), suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses e apreensão do veículo;*

*Medida Administrativa – remoção do veículo e recolhimento do documento de habilitação.” (NR).*

**Art. 3º** A presente norma entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

Apesar de toda recente inovação legislativa no sentido de enrijecer a punição dos condutores que colocam a sua e a vida de outras pessoas em risco ao dirigir sob a influência de bebida alcoólica a quantidade de acidentes que envolvem tais circunstâncias não tem reduzido.

Campanhas educativas são realizadas, mas infelizmente o motorista brasileiro ainda se apresenta crente na impunidade e numa suposta “irrelevância” dessa conduta. Sempre ouvimos alegações de que ingerir pequena dose não interfere na sua capacidade motora, fato que já foi amplamente provado ser inverídico.

Ora, se a aplicação de multa e suspensão do direito de dirigir não são penalidades suficientes à afugentar essa atuação, entendemos que é necessário aplicar outra forma de punição. Dessa forma, apresentamos a presente proposição no sentido de determinar que todo e qualquer motorista que for pego dirigindo sob a influência de bebida alcoólica ou substância psicoativa que determine dependência terá o veículo apreendido.

A intenção é atrelar a gravidade da conduta com o prejuízo do autor do fato. Ou seja, se nossos motoristas não compreendem a gravidade de sua atuação por intermédio de campanhas educativas e imposição de multa, vemos necessário aumentar a importância do prejuízo financeiro. Sendo assim, apresentamos a alteração legislativa no sentido de impor como pena a apreensão e remoção do veículo ao depósito do departamento de trânsito competente.

Logo, rogo o apoio dos meus nobres pares para a total aprovação da proposição.

Sala das sessões, em 6 de setembro de 2012.

**LAÉRCIO OLIVEIRA**  
Deputado Federal – PR/SE